

Técnicos têm fórmula para um novo choque

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O retorno da correção monetária um ano depois de o Governo lançar o Plano Cruzado que a eliminou e congelou preços e salários está servindo de motivo para que os economistas do Ministério da Fazenda lancem mão do argumento em favor de um novo congelamento de preços e salários por 90 a 120 dias, para tentar evitar que ela volte a se transformar em realimentador do processo inflacionário.

Os economistas oficiais ressaltam que com o Cruzado II, que liberou os preços, o gatilho salarial e as taxas de juros, o Governo partiu deliberadamente para uma política de redução drástica do consumo. Os efeitos do Cruzado II refletiram na elevação da inflação em janeiro, fevereiro e março, sendo que, a partir de abril, ela deverá voltar aos patamares históricos de 10 a 12 por cento ao mês. Estará submetida ao processo inercial, graças à introdução da correção monetária que corrigirá todos os contratos existentes na economia.

O perigo de agora em diante será a ocorrência de qualquer imprevisto choque de oferta, como uma seca, um choque de juros externo, choque cambial, etc. Automaticamente haveria uma explosão inflacionária. E justamente para evitar tal imprevisibilidade que os economistas da

Fazenda defendem a necessidade de um novo congelamento. Ele poderia reduzir a inflação para a casa dos 4 a 6 por cento ao mês.

O momento correto para promover o novo congelamento, de acordo com os economistas oficiais, será a partir da segunda quinzena deste mês. Prevê-se que a inflação de fevereiro deverá ficar entre 12 e 14 por cento, a de março, igualmente, tenderia a situar-se nesse patamar, criando, portanto, condições ideais para permitir um choque antiinflacionário. As razões em favor de tal decisão, argumentam, são diversas: deverá estar completado o realinhamento geral de preços: o Conselho Interministerial atuará duramente na apreciação dos novos pedidos de reajuste a partir do próximo dia 15; o consumo tende a cair ainda mais, porque a classe média pagará mais imposto de renda pelo sistema de bases correntes — pois recolheu a menos no decorrer do ano passado e será penalizada na hora da declaração — e a oferta de alimentos aumentará devido à grande safra.

Diversas pressões deflacionárias, portanto, argumentam os economistas, estarão atuando na economia nos próximos meses em confronto com a pressão inflacionária produzida pelo setor público que deverá continuar pressionando as taxas de juros sempre que for necessário finan-

ciar a dívida pública. Para contrabalançar a pressão deflacionária perigosa para o processo de crescimento, haverá a estratégia de investimento patrocinado pelo Governo, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que dispõe de Cr\$ 120 bilhões para serem aplicados nos setores de base.

O choque antiinflacionário, nesse contexto, não traria risco de recessão, mesmo que implicar redução da oferta de moeda. Com o Plano Cruzado, de 28 de fevereiro de 1986, introduziu-se a estabilidade da moeda, o cruzado, fato que levou à expansão do consumo, o aumento dos depósitos à vista, queda das taxas de juros. Ocorreu um fenômeno, lembra um dos economistas da Fazenda, independente da vontade do Governo — as pessoas recusaram-se, diante da estabilidade da moeda e da redução das taxas de juros, a deixar suas economias na caderneta de poupança.

O mesmo não deverá ocorrer, agora, diante de um novo choque antiinflacionário, por causa da reintrodução da correção monetária e a orientação da política econômica de reduzir o consumo compatível com o crescimento do Produto Interno Bruto em níveis bastante inferiores ao do ano passado. Independentemente da vontade do Governo, explica o economista, inexistirá pressão sobre a política monetária, os depósitos à vista volta-

ram a cair e a caderneta de poupança voltou a ter a preferência do público, "o que prova — conclui — que a política monetária no Brasil é passiva e não ativa, porque a política de investimento não é dinamizada pelo setor privado, através do mercado de capitais, e sim pelo setor estatal, que cria condições especiais de financiamento à revelia da economia de mercado".

Assim, um novo choque antiinflacionário um ano depois do primeiro choque não deverá, pela avaliação dos economistas da Fazenda, nem provocar uma redução da oferta de dinheiro em nível perigoso e nem trará a recessão, porque o governo se preveniu através da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que terá a incumbência de puxar a demanda global da economia em 1987, com a promoção de investimentos nos setores de base: siderurgia, energia, transportes.

O novo choque antiinflacionário defendido na Fazenda precisará, no entanto, de ser precedido de um entendimento político. O argumento fundamental para objetivá-lo, dizem na Fazenda, é o retorno da correção monetária. Ela aumentará os custos das empresas, dos preços em geral, acionará seguidamente o gatilho salarial e os salários, diante da pressão inflacionária, tenderá a perda de poder aquisitivo de forma acentuada.